

CORREIO NACIONAL



Reprodução

Ampliação da infecção de mosquitos com bactéria

Governo lança ações para se antecipar a alta da dengue

O Ministério da Saúde instalou na quinta o Centro de Operações de Emergência (COE) para dengue e outras arboviroses. De acordo com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a ideia é coordenar o planejamento e a reposta por meio do diálogo constante com estados, municípios, pesquisadores e instituições científicas, além de outras pastas.

Dentre as ações previstas estão se antecipar ao período sazonal da dengue para adequar as redes de saúde; mitigar

riscos para evitar casos e óbitos; ampliar medidas preventivas para melhor preparar estados e municípios; e uma articulação nacional para resposta a eventuais situações classificadas como críticas.

Nísia anunciou ainda o lançamento de um novo Plano de Contingência Nacional para Dengue, Chikungunya e Zika, composto por seis eixos, no intuito de ampliar medidas preventivas, preparar a rede assistencial e conter o avanço de casos de doenças no país.

Fibrodysplasia Ossificante

O exame clínico para identificar malformações dos dedos grandes dos pés típicos na Fibrodysplasia Ossificante Progressiva (FOP), em recém-nascidos, passa a ser obrigatório durante a triagem neonatal nas redes pública e privada de saúde com cobertura do SUS.

É o que estabelece a

Lei nº 15.094, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta quinta-feira (9), em Brasília. O texto havia sido aprovado pelo Senado Federal no fim de 2024. A FOP é uma doença rara, de causa genética, incurável e com incidência em uma em cada dois milhões de pessoas.

Sorotipo 3 volta a circular

O Boletim Infogripe da Fiocruz indica sinal de queda no país dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) nas tendências de longo prazo (últimas seis semanas) e de curto prazo (últimas três semanas).

No entanto, há sinalização de crescimento da tendência de longo prazo

em cinco estados: Alagoas, Paraíba, Acre, Rondônia e Roraima.

O rinovírus permanece como o principal vírus responsável pelos casos de SRAG em crianças e adolescentes de até 14 anos nas últimas semanas, enquanto a Sars-CoV-2 (Covid-19) predomina entre os idosos.

Período de alta da dengue

O Ministério da Saúde instalou nesta quinta-feira (9) o Centro de Operações de Emergência (COE) para dengue e outras arboviroses. De acordo com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a ideia é coordenar o planejamento e a reposta por meio do diálogo constante com estados, municípios, pes-

quisadores e instituições científicas, além de outras pastas.

Dentre as ações previstas estão se antecipar ao período sazonal da dengue para adequar as redes de saúde; mitigar riscos para evitar casos e óbitos; ampliar medidas preventivas para melhor preparar estados e municípios.

Aliança Global Contra a Fome

Em um passo importante para o combate à fome e à pobreza, três universidades federais, vinculadas ao Ministério da Educação, aderiram à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa lançada durante o encontro do G20 no Brasil. As pioneiras na adesão são a Uni-

versidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal de Santa Catarina. A participação da UFRGS, da UFG e da UFSC na Aliança será focada no pilar de conhecimento, um dos três eixos estruturantes da iniciativa.

Embaixador da Etiópia no Brasil

Avanços no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa da qual a Etiópia faz parte, foi tema de reunião entre o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e o embaixador Leulseged Tadese Abebe.

A audiência, realizada em Brasília na quinta, também buscou fortalecer laços entre ambos os países. O ministro ressaltou que a soberania de cada nação participante da Aliança Global é respeitada no planejamento das ações para apoiar os países em desenvolvimento.

Famílias de bebês afetados pela Zika recebem R\$ 60 mil

Valor será pago em casos de criança com deficiência comprovada

Medida provisória publicada nesta quinta-feira (9) no Diário Oficial da União autoriza o pagamento, por parte do governo federal, de indenização no valor de R\$ 60 mil para famílias de crianças com deficiência causada por infecção pelo vírus Zika.

“Fica instituído apoio financeiro à pessoa nascida entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024, com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.”

De acordo com o texto, o requerimento da indenização deverá ser feito ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo obrigatória a constatação da relação entre a síndrome congênita e a contaminação da mãe pelo Zika durante a gestação; e da deficiência.

A publicação cita ainda que o pagamento do valor não será considerado para fins de cálculo de renda mínima destinado à permanência da pessoa no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); à elegibilidade para o recebimento do benefício



Agência Brasil

o requerimento da indenização deverá ser feito ao Instituto Nacional do Seguro Social

de prestação continuada; e à transferência de renda do Programa Bolsa Família.

“O apoio financeiro de que trata esta medida provisória, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com qualquer indenização da mesma natureza concedida por decisão judicial.”

As despesas decorrentes do pagamento da indenização, segundo o texto, correrão à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais

de Responsabilidade da União.

A medida provisória tem validade a partir do momento em que é publicada, mas precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado para se tornar lei. O prazo de vigência da MP é de até 120 dias.

De acordo com o governo, o auxílio de R\$ 60 mil será “concedido como complemento à pensão mensal e vitalícia já assegurada, de um salário mí-

nimo para crianças com SCZ, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019”. A pensão foi definida pela Lei 13.985, em vigor desde 7 de abril de 2020.

A síndrome congênita associada à infecção pelo Zika compreende um conjunto de anomalias congênitas que podem incluir alterações visuais, auditivas e neuropsicomotoras em indivíduos expostos ao vírus durante a gestação.

Ensino de cultura afro requer avanços

Freepik

Nos cadernos e livros das crianças, a maioria dos heróis brasileiros, dos escritores, das histórias revolucionárias de estrangeiros e de descobertas é de personagens brancos. “Isso é muito ruim para a gente. Nossas crianças e jovens da comunidade são pessoas pretas que precisam reconhecer nossas histórias e heróis”, diz a agricultora Rose Meire Silva, de 46 anos, liderança da comunidade quilombola Rio dos Macacos, em Simões Filho (BA).

Mesmo analfabeta, Rose passou a se informar sobre a Lei 10.639 que, há exatos 22 anos, tornou obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Por isso, resolveu peregrinar pelas escolas “vizinhas” à comunidade para cobrar que o currículo seja inclusivo. Atualmente, as crianças andam pelo menos 14 quilômetros para chegar às escolas. “Elas andam tudo isso e, às vezes, ficam decepcionadas com o que ouvem em sala de aula. Tem professores que nem tocam nas



Lei 10.639 incluiu o ensino dessa temática nas escolas

temáticas dos negros e muito menos de quilombolas. Falam para ‘deixar quieto’, lamenta.

Pesquisadora em educação e direitos humanos, a professora brasileira Gina Vieira, que defende o ensino antirracista, reforça que exigir os direitos, como é o caso da liderança quilombola, não tem relação com caridade ou concessão, mas com a busca por direitos. “Os professores devem se pautar pela promoção do que está na Constituição, como a diversi-

dade e celebração da identidade brasileira”. Para ela, se uma escola não está aplicando a lei, precisa ser cobrada.

A professora Luiza Mandela, também pesquisadora e idealizadora de cursos de educação para a diversidade étnico-racial, no Rio de Janeiro, considera que a lei se tornou um respaldo para quem trabalha em sala de aula com esses temas da cultura afro-brasileira. “Isso não deixa de ser um avanço”, afirma.

A pesquisadora diz que há

razões para comemorar os 22 anos da lei, já que possibilitou iniciativas positivas nas estruturas educacionais e o interesse de professores na busca de informações sobre a temática. “Nós tivemos avanços como produções intelectuais negras voltadas para a temática étnico-racial”, diz.

Conforme Gina Vieira, é importante celebrar mais de duas décadas de legislação, resultado de luta histórica do movimento negro que deve ser vista por diferentes perspectivas. Uma delas é ética. “É errado negar aos estudantes a possibilidade de uma formação humana integral e diversa”. Para ela, o currículo, o material didático e a organização do trabalho pedagógico sempre foram orientados no país por uma perspectiva branca que tornou subalternas todas as outras culturas.

Ela entende ainda que, pela primeira vez, de maneira contundente na escola, há uma celebração da estética negra, incluindo a de corpos negros e representações sobre o cabelo crespo.

STF

STF é favorável a aprovação por voto secreto

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que os indicados para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE) podem ser aprovados pelo Legislativo através de voto secreto, como prevê a Constituição estadual.

A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4964.

Na ação, o governo de Sergipe questionava alterações nas regras de aprovação e indicação de conselheiros do Tribunal de Contas do estado, determinadas pela Emenda Constitucional estadual 45/2013.

STJ

Usuários x traficantes: Quinta Turma decide

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desclassificou para posse para consumo próprio a conduta de um preso condenado por tráfico de drogas após ser flagrado com 37 gramas de maconha. O colegiado aplicou o parâmetro fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 506 da repercussão geral, no qual foi estabelecida a quantidade de 40 gramas para diferenciar usuários de maconha de traficantes.

No caso em julgamento, um homem que já estava preso em Mato Grosso do Sul foi condenado a seis anos e cinco meses de reclusão por receber uma marmita com a droga inserida em um pedaço de carne.

STJ

STJ completa o número de 100 juízes temporários

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou quarta-feira (8) o treinamento de 17 juizes convocados temporariamente para auxiliar os ministros da Terceira Seção no julgamento de processos penais.

Esses magistrados preencherão vagas abertas e substituirão juizes dispensados da convocação originária, feita em 21 de outubro pela Instrução Normativa STJ/GP 32/2024.

A medida, de caráter temporário e emergencial, tem como objetivo reduzir o acervo de processos das turmas de direito criminal, evitando prescrições e fortalecendo a prestação jurisdicional.

STF

STF determina realização de mutirões carcerários

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quinta-feira (9) a realização de mutirões carcerários pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O objetivo é garantir o cumprimento da decisão da Segunda Turma que assegurou a substituição da prisão preventiva por domicílio para mães de crianças menores de 12 anos de idade em todo o país.

A decisão foi proferida no Habeas Corpus (HC) 250929, apresentada pela defesa da mãe de criança de quatro anos que foi presa preventivamente por tráfico de cinco gramas de crack.